

HABEAS CORPUS Nº 545.699 - BA (2019/0341530-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JOAO HENRIQUE ROCHA FERREIRA
ADVOGADO : JOAO HENRIQUE ROCHA FERREIRA - BA039189
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ISAIAS DIAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Isaias Dias da Silva** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da Bahia no HC n. 8019995-81.2019.8.05.0000, assim ementado (fls. 43/44):

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRESENTES PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DO CÁRCERE CAUTELAR. DEMONSTRADA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA. INEXISTENTE OFENSA AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. INDEVIDA A APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IRRELEVANTE A PRESENÇA DE EVENTUAIS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS AO PACIENTE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Inexiste constrangimento ilegal na decretação do cárcere cautelar, quando demonstrada expressamente a sua pertinência com base no exposto *fumus commissi delicti*, gravidade concreta da conduta, *modus operandi* empregado na pretensa ação e pontuada periculosidade social do agente.

A prisão provisória e a sentencial são constrições de naturezas distintas, portanto, compatíveis, não cabendo ao Julgador, nesta via e tempo, a aferição de eventual regime e/ou causa de diminuição que, porventura, venha a ser aplicada no futuro. Demonstradas expressamente circunstâncias suficientes aptas a justificar a segregação provisória e, por conseguinte, afastar a possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da custódia preventiva, inexistente constrangimento ilegal a ser sanado.

Não há que se falar em direito à liberdade provisória, com base apenas nas alegadas condições pessoais favoráveis do agente, visto que a presença destas não justifica a desconstituição da medida extrema, quando presentes à espécie os seus requisitos autorizadores.

Narra a impetração que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com o corréu, pela prática do crime do art. 157, § 2º, II, do Código Penal. Convertida a prisão em preventiva, foi oferecida a denúncia e instaurada a Ação Penal n. 0536413-73.2019.8.05.0001, em curso na 5ª Vara Criminal da comarca de Salvador/BA.

Superior Tribunal de Justiça

Mantida a segregação cautelar pelo Tribunal de Justiça baiano, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da falta requisitos da custódia cautelar e excesso de prazo.

Diz que a morosidade do processamento do feito em relação ao corrêu está causando prejuízo à defesa do paciente, argumentando que, *mesmo após 30 dias de deflagrada a presente Ação Penal e uma prisão preventiva que se arrasta por mais de 50 dias* [em desfavor do paciente, que] *não sabe quando sequer será julgado* (fl. 7).

Alega que *durante toda a instrução criminal a defesa, em momento algum, concorreu para que ocorressem atrasos no trâmite do feito, restando claro que não há nenhum ato praticado pela defesa que possa ser rotulado de procrastinatório* (fl. 9).

Sustenta a falta de motivação da prisão preventiva e ausência de demonstração dos seus requisitos, além de argumentar a *violação do princípio da homogeneidade do Direito Penal, uma vez que [...], em eventual condenação, [ao paciente] será imposto o regime aberto, de modo que [...] possa aguardar o término da investigação em liberdade* (fl. 19).

Requer a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Com efeito, nesse primeiro juízo de cognição sumária, não vejo o *fumus boni iuris* do pedido, porquanto, além da indicação de elementos concretos que fundamentam a segregação cautelar do paciente, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando do seu julgamento definitivo.

Ao que se observa dos autos, a prisão preventiva está calcada na garantia da ordem pública e da instrução processual, sobretudo considerando o risco de reiteração

Superior Tribunal de Justiça

delitiva e a periculosidade do paciente que empregou, além de ameaça, violência física contra uma das vítimas quando da prática delitiva.

Ademais, o Tribunal de Justiça baiano destacou que *a denúncia recebida pela Juízo primevo consignou, também conforme dados extraídos do SAJ 1º grau, que [...] o acusado Isaias desceu do referido veículo e abordou as vítima [...] anunciando o assalto com uma das mãos da cintura simulando o porte de arma de fogo, exigindo a entrega dos bens. [...] a vítima (G...) reagiu [...] sendo violentamente agredido pelo réu [...] com socos e pontapés, caindo no chão, sofrendo lesão corporal. Em seguida, o acusado [...] retirou os bens já relacionados [...]. Após, ameaçando gravemente (R...) subtraiu-lhe os bens já descritos (fl. 48 – grifo nosso).*

Nesse contexto, por ora, não verifico a existência de constrangimento ilegal apto à concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 5ª Vara Criminal da comarca de Salvador/BA sobre o andamento da Ação Penal n. 0536413-73.2019.8.05.0001, fornecendo a senha para acesso eletrônico dos autos, enviando cópia da sentença a este Superior Tribunal, caso tenha sido proferido.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator